

A reforma econômica, ao congelar preços e salários e ao criar o Cruzado, teve como objetivo final fixar as condições básicas para conter a expansão inflacionária e colocar em circulação uma moeda estável. A economia ficou contida, porém não ficou encaixotada. O refluxo do curso desastrado da inflação foi absorvido em seus excessos pelo estreitamento dos preços iniciais e finais dos bens de consumo, permitindo a continuidade da capacidade do poder aquisitivo e abolindo o seu aviltamento. A atividade empresarial se viu obrigada a minimizar custos, retirando do processo gerador de riqueza os excessos provocados pela inflação, para onde foram remetidos os parciais apodrecidos pelo desaparecimento da moeda. O enxugamento da economia foi ocupando espaços ociosos onde os índices do custo da vida estavam prosperando à razão de quinze por cento ao mês, e já em março, quando entrou em vigor o "Plano Cruzado", seu piso mínimo estava alçado a 24 por cento por força de transferências contabilizadas no mês anterior.

A medida adotada no contexto econômico foi de impacto. O tranco teve proporções abrangentes e já no mês seguinte a aceleração inflacionária regredia para valores negativos, alcançando os objetivos inerciais previstos pelas autoridades financeiras. De março até o atual mês de agosto o controle, levado a efeito por todo um conjunto formado pelo povo, pelos trabalhadores e pelo próprio Governo, permitiu manter estabilizada, em padrões administráveis, a escalada do custo de vida.

Desde o último quadrimestre de 1985, vale assinalar, houve um aumento real nos salários de perto

de quatorze por cento. Esta circunstância continuou em 1986, reforçada pelos reajustes procedidos por ocasião da criação da nova moeda. Também a massa salarial cresceu.

O resultado dessa nova conjuntura foi altamente favorável aos assalariados. Haja vista a pressão de demanda no mercado consumidor, com o esgotamento dos estoques de bens duráveis, num posicionamento comprador que o País já havia esquecido. Esse aquecimento teve que ser contido parcialmente, com a implantação do estágio II na Reforma Sarney, quando foram criados os empréstimos compulsórios sobre veículos novos e usados e sobre os combustíveis, além de um confisco sobre as tarifas aéreas e os saques de dólares para as viagens ao exterior.

O País experimenta na atualidade a expectativa dos resultados dos empréstimos compulsórios enquanto prosseguem os reajustes finais com vistas a compor o quadro geral de ordenação para gerar receita e arrecadá-la em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Em todos esses estágios, no entanto, a economia manteve a sua dinâmica de crescimento com quase todos os seus segmentos recuperando posições e ampliando resultados. As exceções correm por conta de naturais contrações do mercado, de um lado além daqueles condicionamentos artificiais de procedência conhecida, identificando uma restrita área de rebelados contra a reforma econômica.

Fatos indiscutíveis, revelando margens crescentes de êxito,

estão se multiplicando em toda a economia. Embora as dificuldades persistam em algumas áreas, em muitas outras os indicadores apontam para um horizonte de êxitos, de forma incontroversa. Estão nesse caso o crescimento da oferta de empregos e a ampliação dos ganhos salariais. Segundo levantamentos confiáveis realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e pela Fundação Seade, a média salarial dos trabalhadores ocupados nas empresas industriais, comerciais e de serviços, da região metropolitana da capital paulista, cresceu 1,3 por cento em maio último. Em termos absolutos esse aumento real dos ganhos já desconta os índices do custo de vida também de responsabilidade do Dieese. De Cz\$ 3.259,00, medidos em abril, passaram para Cz\$ 3.302,00. Desses valores, é bom repetir, já foram expurgados os aumentos da inflação. O ganho é líquido e por isso tem força dominante, desde que para os empregos no setor de produção foi positivo em mais 0,5 por cento, ocupação dos serviços manteve-se estável, somente caindo um pouco no segmento das trocas. Uma avaliação mais abrangente — considerando o período de janeiro a junho do corrente ano — mostra o nível de ocupação das empresas paulistas ampliado em mais de 2,5 por cento, correspondendo a um ingresso de 145 mil novos empregados no mercado de trabalho.

Esse quadro agora caminha para a estabilidade e nela o País deverá manter-se. A Nação, diante de tais fatos positivos, pode continuar a acreditar no Plano Cruzado. E ter fé em sua validade e atualidade.